

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 10/Fev



[cntv@cntv.org.br](mailto:cntv@cntv.org.br) | (61) 3321-6143 | [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br) | Edição 2505/2021



**RIO GRANDE DO SUL**

## SINDICATO AGUARDA RESPOSTA PATRONAL PARA INICIAR A NEGOCIAÇÃO



O Sindivigilantes do Sul aguarda uma resposta do sindicato patronal (Sindesp) ao pedido de reunião para iniciar a negociação da convenção coletiva de trabalho de 2021. A solicitação foi protocolada quarta-feira (03), juntamente com a pauta de reivindicações aprovada pela categoria nas assembleias realizadas na capital e interior do Estado.

Além do presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni dos Santos Dias, ela é assinada também pelos presidentes dos sindicatos dos vigilantes de São Leopoldo e Região, Moisés Francisco Machado, de Pelotas e Região, Marcelo Puccineli Alves, e de Uruguaiana, Luis Carlos Corrêa Silva.

A expectativa da direção do sindicato é que aconteça logo a primeira reunião, já com o índice da inflação anual na data-base, 1º de fevereiro, que deve ser divulgada terça-feira pelo IBGE. Na pauta consta a reivindicação do

reajuste deste ano pelo percentual da inflação e 3% de aumento real, mais o reajuste que não houve no ano passado, de 4,30% em fevereiro de 2020.

Como as empresas foram intransigentes e se recusaram a conceder o aumento na data-base de 2020, mesmo com a mediação da Justiça do Trabalho, o sindicato não assinou a convenção coletiva zerada que os patrões queriam impor. Sem mais negociação alguma, foi ajuizado o dissídio coletivo, que aguarda julgamento.

Assim que houver alguma novidade nós avisaremos, como sempre, mas é importante que a categoria fique alerta, mobilizada, e deixe claro seu descontentamento, nos comentários nas redes e nas conversas com os colegas, pelo arrocho salarial que está sofrendo. Chega de exploração, queremos aumento já!

**FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL**



# **SINDVIGILANTES/AL PRESTA APOIO AOS VIGILANTES ASSALTADOS NA AGÊNCIA DO BANCO DO BRASIL**

## **OS PROFISSIONAIS ESTÃO AFASTADOS DE SUAS FUNÇÕES E RECEBERÃO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO**

Na manhã desta terça-feira (9), o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Cícero Ferreira, e outros Diretores sindicais estiveram na agência do Banco do Brasil da Avenida Thomaz Espíndola, no bairro do Farol, em Maceió, onde três vigilantes foram rendidos por assaltantes armados e tiveram suas armas roubadas, na manhã de hoje.

O Sindicato prestou todo o apoio necessário aos vigilantes e irá acompanhar de perto os procedimentos seguintes. Na ocasião, José Cícero Ferreira prestou esclarecimentos à imprensa e afirmou que os vigilantes, apesar de não terem sofrido nenhum dano físico, se encontram abalados após o acontecimento.

“Os vigilantes que passaram pelo episódio traumático foram afastados de suas funções e receberão o atendimento psicológico necessário, só retornando aos seus postos com a liberação do psicólogo que fará o acompanhamento”, disse Ferreira.

# ENTENDA O CASO

## Bandidos invadem agência do Banco do Brasil e levam armas de vigilantes em Maceió

**Crime aconteceu em uma agência na Avenida Tomaz Espíndola, no bairro do Farol. Não há informações se os bandidos levaram dinheiro do banco.**



Bandidos invadiram e roubaram as armas dos vigilantes da agência do Banco do Brasil no Farol, em Maceió  
Foto: João Vitor Ferreira/G1

Criminosos armados invadiram uma agência do Banco do Brasil localizada na Avenida Tomaz Espíndola, no bairro do Farol, em Maceió. Eles renderam os vigilantes e levaram três armas de fogo. Não há informações se os bandidos levaram dinheiro do banco.

De acordo com a Polícia Militar, o crime ocorreu por volta de 8h. Os vigilantes foram rendidos no estacionamento da agência. Havia clientes nos caixas eletrônicos e pessoas aguardando para entrar na agência.

Em nota, a assessoria do Banco do Brasil informou que a agência não vai funcionar nesta terça-feira (ver nota completa no final do texto).

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, José Ferreira, disse que os vigilantes estão recebendo acompanhamento psicológico.

“A princípio estão bem, graças a Deus. Nós vamos conversar com a polícia para dar mais informações e ver as câmeras de segurança. Os vigilantes estão abalados”, disse.

O delegado Cayo Rodrigues, da Seção de Roubos a Banco da Divisão Especial de Investigação e Capturas (Deic), vai apurar o caso.

### **Veja a nota completa do Banco do Brasil**

“A agência Banco do Brasil Praça Centenário, localizada na avenida Tomáz Espíndola, em Maceió, não funciona nesta terça-feira (09), após tentativa de assalto. O BB colabora com as investigações policiais para solucionar o caso. Mais informações devem ser buscadas junto à autoridade policial”.

FONTE: G1 AL

# Reformas de Bolsonaro não recuperam economia e retiram direitos, aponta estudo



“Em face da crise brasileira e sua resiliência, somente o Estado é capaz de levar adiante um conjunto de políticas anticíclicas que não apenas atuem sobre o nível de atividade econômica, senão que proteja os mais vulneráveis da dinâmica recessiva.” Esta é uma das conclusões do documento A economia brasileira na berlinda da crise da Covid-19: balanço e perspectivas para 2021, publicado nesta semana pelo Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE).

Elaborada pelos economistas Juliane Furno, Daniel Fogo, Lígia Toneto e Matias Rebello Cardomingo, a análise, mesmo sem a totalidade dos dados anuais referentes à economia brasileira, faz um balanço do cenário de 2020 e traz perspectivas para este ano. Que não são boas, caso o governo cumpra aquilo que tem estabelecido como agenda na área.

A pandemia chegou ao Brasil em um período no qual o país ainda se encontrava em uma

situação de semi-estagnação econômica, com uma recuperação lenta e insuficiente da crise de 2015-2016. A lógica da austeridade fiscal que norteou as políticas públicas no últimos anos não só foi incapaz de promover o crescimento e o equilíbrio fiscal, como aprofundou ainda mais as desigualdades sociais.

Agora, a aposta do governo Bolsonaro é nas chamadas reformas, que contam com apoio expressivo de parte da mídia tradicional. Um cronograma da votação já estaria acertado para a votação das principais propostas de interesse da equipe econômica, segundo declarou na quinta-feira (4) o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

“O governo está com tudo programado, já tem a receita de como combater os efeitos da pandemia. Mas estamos absolutamente sintonizados com o Ministério da Fazenda, com o governo federal, com a pauta das reformas”, disse.

“As reformas, que se tornaram um mantra, sozinhas têm muito pouca eficácia. Esse discurso que apela para a aprovação das reformas estruturais, dissociado de um plano de retomada do crescimento econômico que passe sobretudo pela política fiscal, é um passo para o fracasso. Inclusive empiricamente já pudemos comprovar como foram outras reformas, como a previdenciária, a trabalhista e a Lei do Teto de Gastos, que encarnaram por um certo tempo essa possibilidade de recolocar o Brasil no trilho do crescimento econômico e se mostraram fracassadas”, avalia a mestre e doutora em desenvolvimento econômico na

Unicamp, também economista-chefe do IREE Juliane Furno à RBA.

E não é que o Brasil não precise reformar legislações referentes a diversos setores da economia. O problema é o tipo de proposta que o governo traz. “Obviamente a reforma tributária teria um componente mais propositivo, com uma ligação mais direta com a questão do crescimento econômico, mas não a reforma que está na Câmara e no Senado. Ao mesmo tempo em que ela tem que cumprir com aqueles requisitos de simplificação e unificação de tributos, acabar com litígios na Justiça e burocracia no recolhimento tributário, ela não vai garantir eficiência de fato e crescimento econômico se não for também redistributiva”, pontua Juliane.

Neste aspecto, uma reestruturação tributária que atacasse o caráter regressivo do sistema brasileiro, que tributa mais o consumo do que a renda e o patrimônio, poderia ser um estímulo para a economia. “Precisamos agora que as pessoas consumam, o consumo é um elemento importante do PIB. Se a renda das pessoas puder aumentar, se parte do que elas gastam em tributo indireto e mesmo direto, pela correção da alíquota do IR, ficar no bolso do trabalhador, abre-se a possibilidade para que ele consuma mais e isso pode dinamizar a economia. Além de cumprir com requisitos importantes para a justiça social, que é reformar a regressividade do sistema tributário.”

### **A questão do emprego no Brasil**

O documento elaborado pelo IREE ressalta ainda que o país sofre com problemas estruturais típicos de economias subdesenvolvidas, o que traz desafios muito superiores aos dos países mais ricos. Um deles diz respeito ao mercado de trabalho. “Em 2017, pela primeira vez na história, o número de trabalho informais superou o de trabalhadores formais no mercado de trabalho brasileiro. Além disso, ingressamos na crise do coronavírus com um grande e resiliente contingente de trabalhadores desempregados e subutilizados”, diz o texto.



### **Mercado de trabalho brasileiro mostra informalidade em alta**

Mais uma vez trata-se de uma questão que já era grave antes da pandemia. “A taxa de desemprego se estabilizou em um patamar relativamente elevado desde de 2015, variando entre 11% e 13% de desocupação. Além do desemprego, avançavam a passos céleres, novas modalidades de trabalho desconectadas do regime celetista de trabalho, com impactos importantes na proteção social e na cobertura dos direitos trabalhistas e previdenciários”, destaca a análise.

O documento traz dados do IBGE mostrando que apenas 46,8% das pessoas estavam exercendo atividades remuneradas no 4º trimestre de 2020. E é preciso levar em conta que a taxa de desemprego, em meio à pandemia, se tornou um indicador que não dá conta de ilustrar as reais condições do mercado de trabalho, já que só aparece como desempregado nas estatísticas quem efetivamente procurou emprego na semana analisada.

“O problema do emprego vai ser a maior herança dessa pandemia e da forma pouco eficiente – fazendo um eufemismo – com que o governo Bolsonaro e a equipe econômica trataram a questão de salvar vidas e a economia. A crise do coronavírus atingiu principalmente o setor informal, que já tinha superado o número de trabalhadores formais no Brasil desde 2017, adicionando-se ainda os trabalhadores do setor privado sem carteira e os por conta própria que não tem CNPJ, categorias de emprego informal disfarçadas”, detalha Juliane. “Vai ser urgente constituir um plano emergencial de curto

e médio prazo para recuperar os postos de emprego perdidos e preservar os que seguem na berlinda.”

A economista destaca a importância de se discutir um apoio eficaz a pequenas e médias empresas, a formulação de benefícios tributários e de créditos com contrapartida de não demissão de trabalhadores, além de um plano de médio e longo prazo e médio prazo que reestruture a economia brasileira e recoloca no rumo do crescimento, que é, fundamentalmente, o que pode gerar empregos.

### **Caminhos da retomada**

O avanço da imunização contra a covid-19 pode fomentar as relações comerciais no cenário global e beneficiar o país do ponto de vista econômico. “Como possível facilitador da retomada, o comércio externo pode exercer influência positiva sobre o desempenho da economia brasileira em 2021. A vacinação em massa nas principais economias mundiais tem o potencial de criar espaço para uma aceleração da atividade global, podendo impulsionar a economia brasileira tanto pela possível retomada e intensificação dos fluxos de capitais e investimentos externo nos países emergentes, quanto pela expansão da demanda mundial”, diz o documento.

Mesmo com um cenário externo que pode se mostrar favorável, o governo terá que mostrar capacidade diplomática para ampliar as possibilidades no âmbito comercial. “Sobretudo a demanda chinesa – já em aceleração nos últimos trimestres de 2020 – pode ser o motor de um boom de commodities, podendo exercer forte estímulo sobre as exportações brasileira. A capacidade de aproveitamento de um possível cenário externo favorável, no entanto, dependerá da capacidade de articulação política e da política externa do governo brasileiro, que não tem demonstrado essa habilidade com relação ao nosso principal parceiro comercial.”

Além disso, a pauta das reformas tem que ser outra. Juliane Furno critica especialmente a administrativa. “O desenho da reforma administrativa parece ser só um desmonte do Estado e do funcionalismo público. O que ela prevê em aumento da arrecadação com os

cortes de direitos é um valor muito baixo e hoje o Estado não tem só um problema fiscal, mas sobretudo um problema de ação. Só aumentar o dinheiro disponível nos cofres públicos não significa uma boa alocação desses recursos.”

“A prioridade teria que ser aprovar um conjunto de reformas, mas não estas que aprofundam a desigualdade e a retirada de direitos, que reduzem o poder de compra do trabalhador. No curto prazo, o Estado tem que levar adiante o gasto público, mesmo o gasto deficitário, de endividamento, porque ele tem o poder multiplicador fiscal substantivo. Ou seja, o gasto do governo no curto prazo se reverte em maior crescimento do PIB, logo, implica em uma redução da dívida pública no médio e longo prazo. Neste momento é importante salvar vidas, retomar o auxílio emergencial, garantir que as pessoas possam cumprir ainda o mínimo de isolamento possível para conter a propagação do vírus.”

Para a economista, há outras reestruturações que precisariam ser discutidas e seriam essenciais para o país voltar a ter um crescimento sustentável e que não aprofunde a desigualdade, junto com uma necessária flexibilização do Teto de Gastos. “Seria necessário um conjunto de reformas mais estruturais, como uma reforma urbana que modifique a forma como as pessoas se relacionam com a cidade (ou não se relacionam com a cidade...) e a reforma agrária que até hoje tem sido bastante travada e tem um potencial de fornecimento de alimentos, de rebaixar um dos custos salariais que é o custo da reprodução física via alimento. E também a reforma tributária, que reduz desigualdades sociais e abre espaço fiscal para o Estado.”

“Um conjunto de reformas estruturais que sejam concatenadas com um plano de retomada do crescimento econômico que passa pela distribuição de renda e por uma reindustrialização brasileira no caminho dos novos setores com maior agregação de valor tecnológico”, conclui.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA) - Glauco Faria

# Base do governo e oposição fecham acordo para votar autonomia do BC nesta quarta-feira

**Pauta desta quarta também inclui o novo marco legal do câmbio e projetos que estabelecem punições para quem destruir vacinas ou furar a fila da vacinação**



Silvio Costa Filho: a autonomia do BC vai melhorar a nota de crédito do Brasil  
Najara Araújo/Câmara dos Deputados

Um acordo entre a base do governo e a oposição na Câmara dos Deputados, com exceção do Psol, adiou para quarta-feira (10) a votação do projeto de autonomia do Banco Central (PLP 19/19), que foi discutido nesta terça-feira (9).

A sessão do Plenário desta quarta será realizada a partir das 13h55. Os líderes de oposição terão direito a apresentar dois requerimentos de obstrução e asseguraram a

votação de cinco destaques para tentar alterar o texto do relator, deputado Silvio Costa Filho (Republicanos-PE). Os parlamentares também ganham mais tempo para negociar pontos do texto.

O projeto de autoria do Senado define mandatos do presidente e de diretores do BC com vigência não coincidente com o mandato de presidente da República.

Costa Filho afirmou ter “extrema convicção”

de que a medida vai melhorar a nota do Brasil em relação aos investidores internacionais. “Isso vai dar ao País um novo padrão de governança monetária, um sinal fundamental ao mercado internacional de que nós estamos melhorando as nossas ferramentas da economia”, disse.

### **Debates**

O tema dividiu opiniões em Plenário. Enquanto a oposição cobrou a votação de outra pauta, voltada para a pandemia do novo coronavírus, os favoráveis ao projeto afirmaram que a análise do tema nesta primeira sessão do ano sinaliza favoravelmente ao mercado financeiro.

O deputado Luis Miranda (DEM-DF) afirmou que a independência política do Banco Central vai ser pautada pela prevalência de decisões técnicas, conferindo maior credibilidade à política econômica. “Esta proposta trará impacto positivo para o trabalhador, para o endividado, para todos que estão em dificuldade, com menos juros e melhoria de serviços bancários”, defendeu.

Na opinião do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), no entanto, o problema da credibilidade da economia brasileira é o presidente da República, não a falta de independência do BC. “Não haverá um investidor no mundo, no Brasil, enquanto o Bolsonaro for presidente porque Bolsonaro não transmite credibilidade para nenhum investidor”, disse.

Orlando Silva afirmou ainda que o BC tem um papel de regular o setor financeiro e, portanto, a autonomia pode ampliar o poder de banqueiros. “Será colocar a raposa para cuidar do galinheiro”, criticou.

Já o deputado Neucimar Fraga (PSD-ES) afirmou que a proposta vai ajudar na saúde financeira do Brasil. “Para que tenhamos um país saudável financeiramente, é importante

que tenhamos uma economia destravada”, disse.

Fraga destacou que a proposta vai evitar “oscilações de final de mandato”, já que o presidente da República eleito só poderá indicar uma nova diretoria no meio do seu mandato.

### **Política de juros**

Para a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), a proposta vai beneficiar apenas os donos de bancos privados. “Autonomia de quem? São nove diretores que decidem política de juros, juros que a classe média paga em patamares assustadoramente altos. Vão trabalhar sem nenhuma ingerência, controle e fiscalização do poder público.”

Feghali disse ainda que os diretores serão mais poderosos que os governantes eleitos pelos brasileiros e terão acesso a informações privilegiadas para levar ao mercado financeiro. Ela ressaltou que a agenda da pandemia deveria ser prioridade na primeira sessão de votações da Câmara dos Deputados.

Já o deputado Hildo Rocha (MDB-MA) disse que a autonomia do BC poderá blindar a política econômica de intervenções indevidas. “O Banco Central autônomo vai garantir o juro controlado. E isso é bom para a população, que vai ter o poder de compra garantido”, declarou.

Entre os itens da pauta desta quarta-feira também estão o novo marco legal do câmbio (PL 5387/19) e os projetos que estabelecem punições para quem destruir vacinas (PL 27/21) ou furar a fila da vacinação (PL 25/21). Essas duas últimas propostas tiveram o regime de urgência aprovado nesta terça-feira.

Reportagem – Carol Siqueira e Eduardo Piovesan

Edição – Pierre Triboli

Fonte: Agência Câmara de Notícias



# Comando Nacional valoriza e cobra respeito às negociações

**Mesmo com mediação do MPT, negociações se estagnam; mas trabalhadores querem continuar as conversações com o banco**



Ao fim das negociações sobre o plano de reestruturação que prevê a demissão de 5 mil funcionários e o fechamento de 112 agências, 242 postos de atendimento e sete escritórios, o Banco do Brasil não atendeu as reivindicações dos trabalhadores e nem aceitou retirar as condições para apresentar uma proposta.

Na primeira parte da reunião, o banco havia apresentado uma proposta de prorrogação de 30 dias no processo de retirada da gratificação dos caixas, mas condicionou a proposta à assinatura por todas as entidades do acordo de compensação de horas em decorrência da pandemia e do Acordo de

Comissão de Conciliação Prévia (CCP), ambos já em negociação com a Contraf-CUT. O banco também exigia a retirada de ações judiciais em andamento contra o banco. A Contraf-CUT recusou a proposta e, depois disso, houve um intervalo nas negociações.

Na segunda parte da reunião de negociações desta terça, o banco retirou até a proposta que havia feito antes e não deu prazo para que as entidades consultassem os funcionários sobre a proposta apresentada pela manhã.

## **Busca da mediação**

“Buscamos a mediação do MPT (Ministério Público do Trabalho) em virtude da não resposta

do banco ao nosso ofício que solicitava as negociações, mas, mesmo com a medição, as negociações foram infrutíferas”, explicou secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Gustavo Tabatinga, ao lembrar que, desde quarta-feira (3), estão ocorrendo reuniões de negociações entre os trabalhadores e o banco com a intermediação do MPT.

Ao fim da reunião, Tabatinga disse que a Contraf-CUT orienta que os sindicatos intensifiquem as atividades a partir desta quarta-feira (10), que é quando o banco pretende dar início ao seu plano de reestruturação, retirando todas as funções de caixa. Ele lembrou, ainda, que os funcionários do BB aprovaram na última sexta-feira (5) o Estado de Greve, em assembleias realizadas por sindicatos de todo o país. “Temos que arrancar negociação, os caixas não podem ficar sem sua gratificação, principalmente nesse período de pandemia”, completou.

### Comando solicita negociação

Apesar de orientar a intensificação das manifestações, os trabalhadores querem continuar as negociações. Ao fim da mediação o Comando Nacional dos Bancários solicitou uma reunião para continuar as tratativas.

“Mostramos que estamos dispostos a negociar. Acreditamos na via negocial e queremos continuar as tratativas”, disse o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga. “Queremos manter as gratificações dos caixas e evitar que os trabalhadores sejam, mais uma vez, prejudicados”, completou.

## Manifestações

Os trabalhadores já comunicaram ao banco que, nesta quarta-feira (10) ocorrerão manifestações nas agências do Banco do Brasil em todo o país e que foi decretado o Estado de Greve em assembleias realizadas em todo o país. Os sindicatos de Vigilantes de Brasil estão apoiando estas manifestações.



Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal na manifestação



Sindicato dos Vigilantes do Rio Grande do Norte na manifestação

Fonte: Contraf com alterações da CNTV

#### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF